

O sofrido texto consensual

Villas-Bôas Corrêa

Todos os entendidos em Constituinte coincidem na previsão que o segundo turno de votação não deve alterar muito o texto aprovado após sofridos 18 meses de penosas negociações, avanços, recuos, desacertos, viradas de mesa e que está sendo saudado, num esforço de reabilitação, como bastante aceitável, acima dos pessimismos justificados na fase negra do empacamento.



Ora, se era para não bulir no aprovado na rodada inicial, então não havia motivo e nem justificativa para o mutirão de outro seriado de votação. O que é verdade, em termos. Que a futura Constituição está a merecer e mesmo a exigir alguns corretivos, não se discute. Mas, devagar com o andor que a imagem é fragil, já andou sendo arranhada e partida e a colagem pode não resistir a novos sacolejos.

As circunstâncias acumuladas nas aperturas da transição aconselham doses duplas de prudência. A Constituição que está brotando como flor do caos é a resultante possível do consenso montado nas condições mais adversas. E como produto do consenso — cedendo aqui para negar acolá, de tal forma que ninguém ganhou tudo mas, também, ninguém está saindo com o saco recheado de derrotas — ela é muito o espelho, a imagem da transição que estamos conseguindo operar. Corrigir, retocar, eliminar o ridículo e o bestialógico é uma coisa. Necessária, conveniente. Mas com jeito, tudo muito bem explicadinho, às claras, preto no branco. Outra é a insanidade de radicais que se articulam para dar o dito pelo não dito na tentativa burra de arrancar de uma Constituinte contraditória uma Constituição talhada sob medida para vestir os seus interesses.

As lideranças, com transparente competência e o conhecimento de causa de quem é do ramo, já estão se entendendo sob a inspiração de acordos que abreviem o final da novela e reduzam ao mínimo indispensável as corrigendas. Uma colocação da mais lúcida sensatez. E que se afina pela orientação do experiente deputado Ulysses Guimarães. As novas normas baixadas pelo dr Ulysses, inspiram-se no objetivo de acelerar os trabalhos no segundo turno das emendas exclusivamente corretivas e dificultar a obstrução dos radicais.

Nem tudo são rosas. Parece mentira mas não é. Dirigentes de multinacionais, numa ingenuidade que beira a paspalhice, anunciam uma *caixinha* de 1,5 milhão de dólares para financiar campanha de convencimento e pressão sobre a Constituinte na definição do segundo turno. A candura desce ao detalhe de explicar que não se trata, como parece, de amaciar parlamentares com os argumentos do suborno. Mas de badalar pela televisão, rádio e jornais os irrefutáveis argumentos que impõem correções, todas na linha da marcha-a-ré.

O simples anúncio de tão comoventes propósitos

desencadeou uma onda de reação e borrifou suspeição para todos os lados. O outro lado não podia desejar coisa melhor. O que era difícil, ficou inviável.

Equívocos a parte, a preservação do texto equilibrado aprovado pela Constituinte é uma imposição da prudência, do bom senso, da maturidade política. Com as ressalvas sabidas.

A Constituinte não teve a guiá-la nem o presidente da República, como articulador da maioria, nem o partido majoritário. Ela improvisou os seus caminhos. E, por paus e por pedras, confrontou-se e entendeu-se na fundamental divisão ideológica. O *centrão* foi mais importante que o omissivo e dissimulado PMDB; o bloco progressista teve mais presença que as siglas à esquerda. Do entrechoque, entre poucas decisões afirmadas no voto e quase tudo amaciado nos acordos mais surpreendentes, saltou um texto que é a cara da sociedade.

Muita coisa merece reparos. A reforma agrária dançou na mobilização gigantesca da UDR. Os juros de 12%, revogando a lei da oferta e da procura, já inspiraram anedotas de gozação dos portugueses, numa forra que nos deixa engasgados. A tal licença de oito dias para o pai parrido arranca gargalhadas nos bares de Lisboa.

Realisticamente, cada grupo vai baixando o facho das suas pretensões e enxugando a pauta da briga para três, quatro, cinco itens.

É por aí que a Constituinte deve caminhar. Pelos conselhos da sabedoria e também por sólidas razões práticas. Ora, ninguém mais suporta novos mutirões entrando pela madrugada para atender ao inconformismo dos radicais. Todos já se deram o basta, aspiram a pingar o ponto final, com a promulgação da futura Constituição para relaxar nervos esticados e mergulhar, de ponta-cabeça, na campanha municipal que está batendo nas portas das bases de cada um.

Paíra sobre a Constituinte a convicção de que não se deve rever além do indispensável para não romper o equilíbrio que é a grande construção de meses angustiados. O país está assim, expectante e dividido. E não é hora de decidir, no truque e na tramóia, quem deve ganhar e quem deve entregar a rapadura. Para isso vamos ter eleições e em doses duplas, este ano na modéstia municipal e, ano que vem, com toda certeza em dois turnos, para a escolha do presidente da República.

Para fechar a transição é preciso preservar o entendimento que pacifica a sociedade e impede a explosão da desobediência. A Constituinte está escalada para selar o pacto que completa a travessia, institucionalizando a democracia.

Depois, e para acabar, os sustos e arrepios não convencem nos exageros de teatralização ou marotagem grossa. Erros, excessos, demasias que resistirem ao segundo turno, acabarão atenuados pelas nossas manhas. O que for inviável não se viabilizará só porque está na Constituição. E, daqui a cinco anos, graças a dispositivo sábio, o texto será revisto. Com experiência e em outro clima, por maioria absoluta, o Congresso promoverá a rodada revisionista. Até lá o jeito é esperar, que o país não acaba e nem despenca no precipício. Abismo assustava a vovozinha